

## DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA REGIONAL EM CELSO FURTADO

**Hermes Magalhães Tavares**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

### DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA REGIONAL EM CELSO FURTADO

**Resumo:** Um dos mais importantes economistas brasileiros e, ao mesmo tempo, o de maior projeção fora do Brasil, Celso Furtado deixou uma obra significativa sobre a economia brasileira e latino-americana. Ocupou-se ao mesmo tempo da questão regional, especialmente do Nordeste. Escreveu mais de trinta livros, grande parte deles publicados em vários idiomas. O objetivo do artigo é tratar da evolução da economia brasileira em relação ao desenvolvimento das regiões do país, na visão de Furtado. Esses temas foram, fundamentalmente, abordados pelo autor em duas de suas principais obras, que analisaremos particularmente: *Formação econômica do Brasil e Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*. Este texto faz uma síntese da trajetória de Furtado e aborda algumas questões, como, o papel da Formação econômica do Brasil na compreensão das regiões brasileiras e como esse processo contribuiu para a elaboração de uma política para o desenvolvimento do Nordeste. Busca ao mesmo tempo expor, de forma sintética, o que foi e o que representou essa política para o país.

**Palavras-chave:** Economia brasileira, questão regional, Nordeste, Celso Furtado.

### DEVELOPMENT AND REGIONAL DYNAMICS IN CELSO FURTADO

**Abstract:** One of the most important Brazilian economists and, at the same time, one of the most renowned outside Brazil, Celso Furtado left a significant study on Brazilian and Latin-American economy. He worked at the same time with regional matters, especially the Northeast. He wrote more than thirty books, most of them published in several languages. The aim of this article is to approach the evolution of Brazilian economy in relation to the development of Brazil's regions in accordance with Furtado's point of view. These subjects were, fundamentally, approached by the author in two of his main books, which will be particularly analysed: *The Economic Growth of Brazil and A Policy for the Development of the Northeast*. This text presents a briefing of Furtado's life and approaches some matters, such as the role of The Economic Growth of Brazil in the comprehension of Brazilian regions and how this process contributes to the creation of a policy for the development of the Northeast. It aims, at the same time, to expose briefly what this policy was and what it meant to Brazil.

**Key words:** Brazilian economy, regional problem, Northeast, Celso Furtado.

Recebido em: 28.02.2012. Aprovado em: 09.04.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

País de grandes disparidades regionais, o Brasil é um caso clássico de desenvolvimento desigual. Entre 1959 e 1964, foi realizado um grande esforço para reduzir as disparidades regionais através de uma ação dirigida do Estado para promover o desenvolvimento da região mais atrasada do Nordeste brasileiro. Tratou-se de uma experiência *sui generis*, entre países periféricos, que, ao mesmo tempo, despertou interesses em países desenvolvidos. Referimo-nos à política de desenvolvimento da região nordestina. Essa experiência teria pouca chance de ocorrer sem de um lado, uma reflexão inovadora sobre os problemas do Nordeste e de suas possibilidades, e, de outro, do conhecimento da evolução histórica dessa região no conjunto da economia brasileira.

As condições mencionadas encontram-se na obra de Celso Furtado produzida na década de 1950, principalmente na *Formação econômica do Brasil*, livro escrito em 1957/58. Neste, tem-se uma percepção única da dinâmica regional brasileira, decorrente de sua *démarche*, que parte da análise da história econômica do país centrada na evolução de suas regiões. Essa obra indica a direção para um diagnóstico do Nordeste, que seria, de fato, elaborado pelo próprio Celso Furtado em 1959, sob o título “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”. No cenário brasileiro do final dos anos 1950 a 1964, ele teve um papel de destaque à frente do planejamento regional do Nordeste e na tentativa de introduzir o planejamento nacional durante o governo do Presidente João Goulart.

No tratamento do nosso tema, levaremos em conta principalmente as duas obras citadas – *Formação econômica do Brasil* e *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. A primeira, como dissemos, foi crucial para a elaboração da segunda, mas, sem dúvida, é neste segundo texto – que se tornou conhecido simplesmente como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste GTDN – que estão contidas as principais ideias de Celso Furtado sobre desenvolvimento regional<sup>1</sup>.

Este texto está assim estruturado: um primeiro item em que fazemos uma síntese da trajetória intelectual do autor, necessária para compreender o tema que será abordado; um segundo item que trata da noção de região tal como se delineia historicamente na *Formação econômica do Brasil*; um terceiro item que trata da constituição das macrorregiões nas fases avançadas no desenvolvimento industrial; um quarto item no qual é abordada a problemática do Nordeste; e um quinto em que são apresentadas algumas conclusões.

## 2 ANOTAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DO AUTOR

Nascido em 1920 em Pombal, no Estado da Paraíba, Celso Furtado realiza o seu curso superior no Rio de Janeiro, formando-se em Direito pela antiga Universidade do Brasil. Em 1944, mediante concurso, ingressa no serviço público brasileiro, como funcionário do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e, neste mesmo ano, incorpora-se, como oficial, às Forças Expedicionárias Brasileiras que participaram da Segunda Guerra Mundial, em território italiano. Desmobilizado, volta ao Brasil e, em 1946, regressa à Europa para realizar o doutorado em Economia, em Paris, sob a orientação de Maurice Byé, terminando o curso em 1948, com a defesa de tese sobre a economia açucareira do Nordeste nos séculos XVI e XVII. Após retomar por algum tempo as suas funções no DASP, no Rio de Janeiro, Furtado aceita convite para integrar a equipe inicial da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Chile, sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch.

Furtado permanece na CEPAL por cerca de dez anos. Afasta-se desse órgão entre o final de 1957 e meados do ano seguinte, período em que escreve a *Formação econômica do Brasil*, que se tornou a sua obra mais importante. Em seguida, retorna ao Brasil e assume uma das diretorias do BNDE, quando realiza um estudo sobre o Nordeste que servirá de base para a política de desenvolvimento dessa região que o Presidente Juscelino Kubitschek instituirá em 1959. Durante cinco anos ele comandará a execução dessa política, posto no qual será mantido, sucessivamente, por três presidentes da República.

Em abril de 1964, Furtado teve os seus direitos políticos cassados por dez anos pelo regime militar, que assume o poder em abril de 1964. A partir de então, exilou-se sucessivamente no Chile, nos Estados Unidos e, por fim, na França, onde lecionou economia na Sorbonne. Retornou ao Brasil após a Lei de Anistia, em 1979. No governo do presidente José Sarney exerceu o cargo de Ministro da Cultura. Escreveu cerca de 30 livros, muitos dos quais publicados em vários idiomas.

Sem nenhuma dúvida, o nome Celso Furtado está ligado ao da CEPAL, de cuja teorização sofreu influência e para a qual também contribuiu. Abordaremos inicialmente o primeiro desses aspectos, deixando o segundo (a sua contribuição) para o item seguinte. Cabe lembrar que em seus primeiros anos, a CEPAL foi fortemente marcada pelas ideias de Raúl Prebisch (1949), apresentadas no *Estudio económico de América Latina*, cuja força explicativa viria provocar uma verdadeira ruptura na compressão dos problemas econômicos dessa região, segundo o próprio Furtado, que foi também

o primeiro a perceber o profundo significado desse marco teórico, que poderia mudar a face da América Latina, caso fosse aceito pelos governos dessa região. (FURTADO, 1985).

Compreende-se, assim, o empenho de Furtado em traduzir o Estudo e divulgá-lo entre instituições influentes no Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas e a Confederação Nacional da Indústria, esta representada por Rômulo Almeida, Evaldo Correia Lima e Heitor Lima Rocha. Por este motivo, o Brasil acabou por funcionar, inicialmente, como verdadeira caixa de ressonância das ideias cepalinas.

Dois anos depois do início da CEPAL, durante os preparativos para a reunião de São José da Costa Rica, havia fortes indícios de que os Estados Unidos vetariam a continuidade desse órgão. Furtado fez gestões junto ao governo do presidente Vargas, no sentido de que este votasse pela permanência do órgão. Em suas memórias, ele diz que a posição favorável assumida por Vargas, em defesa da CEPAL, foi fundamental para a sua manutenção, pois o voto do Brasil contribuiu para que vários outros países latino-americanos assumissem idêntica posição. (FURTADO, 1985).

O que dizia o “manifesto” latino-americano, como ficaria conhecido o Estudo de 1949? A ideia central era que as relações econômicas internacionais baseadas na teoria das vantagens comparativas não resultavam em benefícios equitativos para todos os participantes do comércio mundial. De acordo com Prebisch, isto se dava porque a economia mundial constituía um sistema heterogêneo, pois o progresso técnico se propagava de maneira desigual, o que conduzia a uma estruturação da economia mundial como um sistema centro-periferia. O centro, constituído pelo pequeno grupo de países no âmbito dos quais teve lugar a primeira revolução industrial, e a periferia, formada por países exportadores de produtos primários, alimentos e matérias primas para os países centrais. Se em um primeiro momento, o centro é liderado pela Grã-Bretanha, no segundo, o é pelos Estados Unidos, aumentando, com isso, as dificuldades para a periferia, dado que esse país também era grande exportador de produtos primários. Em poucas linhas, esse é o cerne das ideias de Prebisch, que, posteriormente, foram acrescentadas por outros economistas da equipe – Ahumada, Regino Botti e Aníbal Pinto e o próprio Furtado – contribuindo para a constituição da doutrina da CEPAL.

Em vários momentos, Furtado reconheceu o significado e a importância da contribuição teórica de Prebisch para o estudo do desenvolvimento, como na seguinte passagem:

Nenhuma idéia teve tanto significado para a percepção do problema do sub-desenvolvimento quanto a da estrutura centro-periferia. (FURTADO, 1994).

Ou ainda:

A visão centro-periferia foi a primeira desenvolvida pelos economistas que implicava em globalizar; e ao globalizarmos, percebíamos a desigualdade fundamental entre o centro e a periferia. A lógica do centro era uma, a da periferia era outra. Isso nos armava para formular uma teoria do imperialismo, que não necessitava desse nome, o qual afugentava por sua conotação marxista. (FURTADO, 1997).

Ao mesmo tempo, o autor não deixou de mencionar o ponto em que a sua abordagem distancia-se daquela do modelo centro-periferia, como veremos no item seguinte.

### 3 A DÉMARCHE METODOLÓGICA

Durante os dez anos de permanência na CEPAL, Furtado publicou *A economia brasileira*, em 1954, *A economia da dependência*, em 1956, e *Perspectivas da economia brasileira*, em 1957. Esses textos, conjuntamente com a tese de doutorado, defendida na Universidade de Paris (Sorbonne) serviram de base para a elaboração, em 1957/58, da *Formação econômica do Brasil*, obra principal do autor, sobre a qual nos ocuparemos a seguir.

A *Formação econômica do Brasil*, nas palavras do autor, é um “grande afresco” da economia brasileira, compreendendo um período que vai do início da colonização à década de 1950. Traduzida em vários países, essa obra tornou-se um clássico da historiografia brasileira. Mais do que isso:

Colocou-se, seguramente, ao lado de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior, obras que explicam o Brasil aos brasileiros. (OLIVEIRA, 1983).

Importa destacar aqui a questão metodológica. De acordo com o que escreveu Furtado, em *A Fantasia organizada*, o seu propósito era buscar explicar a dinâmica da economia brasileira em seu processo evolutivo, usando como método a associação da economia à história (fazer perguntas com as categorias econômicas e procurar respondê-las no tempo histórico – nas palavras do autor).

Furtado segue explicando o seu método, comparando-o ao de Prebisch. Ele diz que o seu método é diacrônico, na medida em que o seu trabalho trata da evolução histórico-econômica do Brasil, enquanto que o método usado por Prebisch é sincrônico: o sistema centro-periferia foi estudado em dois cortes, ou seja, os momentos da primeira Revolução Industrial e o do pós-1930. A

reconstituição do processo histórico em seu todo, e não apenas em cortes sucessivos, permitiu-lhe dar a devida dimensão ao fato colonial. Este, e não a condição periférica, estaria na base da situação de subdesenvolvimento, segundo o autor. Avançando em ponto que veremos mais à frente, somente com a industrialização supera-se a dependência colonial, o subdesenvolvimento.

Um segundo aspecto a observar sobre o método refere-se aos fatores tempo e espaço. Na análise da Formação econômica do Brasil, muitos autores e o próprio Furtado, têm chamado a atenção para a relevância da abordagem histórica ali adotada, melhor dizendo, o estudo de conceitos e noções econômicas, numa perspectiva histórica. Mas, no nosso entender, o aspecto espaço, no sentido de região, não tem merecido a atenção devida. Isso é curioso porque no livro há inúmeras referências ao espaço, às regiões, às economias regionais, e são estas que, na própria visão de Furtado, vão compor o que seria a economia do país em seu evoluir histórico.

Parece bastante evidente que, na Formação econômica do Brasil, Furtado, ao estudar a dinâmica da economia brasileira, trabalha ao mesmo tempo com as dimensões temporal e espacial. Essa constatação leva-nos a indagar, mais uma vez, a respeito do método. É possível fazer um paralelo entre esse método e o de Braudel (1985) em seu vasto programa de pesquisas sobre a civilização do Mediterrâneo. Lembremos que Braudel, que empregou a démarche metodológica que associa tempo e espaço (História e Geografia), denominou, muitas vezes, o seu método de geo-histórico. (AYMARD et al, 1988; GEMELLI, 1990). Sob esse aspecto, há similitudes entre os métodos dos dois autores. Mas seria preciso marcar as diferenças. Em essência, o espaço, o geográfico em Braudel é, sobretudo, a paisagem geográfica, os pequenos fatos da geografia física (os acidentes geográficos) e no plano econômico, ocorrências muitas vezes do cotidiano. Em Furtado, o espaço é o espaço econômico, são as relações econômicas espaciais. Nesse sentido, ele se distancia da Escola dos Anais, da qual Braudel foi um dos grandes expoentes.

#### 4 A FORMAÇÃO DAS REGIÕES

Conforme assinalamos antes, é a partir das economias regionais, em seus diversos momentos, que Furtado busca compreender a formação da economia brasileira numa perspectiva histórica que vai do começo da colonização portuguesa à primeira metade do século passado.

O longo processo em que se dá o surgimento, a expansão e a decadência da economia açucareira do Nordeste é estudado nos primeiros capítulos da Formação econômica do Brasil. Nela, são distinguidos dois subsistemas: o de produção do

açúcar e o de criatório, que interagem entre si. A região produtora de açúcar atinge o auge entre o final do século XVI e o início do século XVII. Segue-se um período de decadência decorrente da concorrência da cana de açúcar que passou a ser cultivada nas Antilhas.

O empobrecimento da colônia e da metrópole portuguesa, provocado pelo declínio da economia do açúcar, leva à intensificação da busca de metais preciosos, que irá resultar finalmente na descoberta do ouro de aluvião em Minas Gerais. A economia da região aurífera, que se expande por várias décadas, estabelece articulações com as regiões Sul e Nordeste, na compra de gado para a alimentação e de muares para o transporte de carga. O efeito de atração da economia mineira estendeu-se não apenas ao Sul e ao Nordeste, mas também a São Paulo e ao Centro-Oeste. Ela tornou

Interdependentes as diferentes regiões, especializadas, umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores. (FURTADO, 1973).

Segue-se um longo período de três quartos de século de estagnação econômica, ao fim dos quais, tem início um novo período de crescimento graças à emergência da produção cafeeira em São Paulo. Essa expande um amplo mercado interno e contribui, mais tarde, para a industrialização. É possível distinguir então as seguintes regiões: a região do açúcar e do algodão (Nordeste) e a economia de subsistência a ela agregada; a região Sul, fundamentalmente de economia de subsistência, a região cafeeira e a região amazônica.

A região cafeeira em seu processo de expansão vai consolidar a articulação de todas as regiões em torno dela e abrir caminho para a futura integração dos sistemas econômicos regionais. Esse quadro se mantém nas três primeiras décadas do século XX.

A crise da economia cafeeira (crise do setor exportador) e os mecanismos de proteção das mesmas, engendrados pelos governos dos estados cafeeiros e o Governo Federal, deram ensejo a que o mercado interno se transformasse na principal fonte de dinamismo da economia brasileira, substituindo o setor externo.

A explicação encontrada por Furtado para as mudanças que, na década de 1930, impulsionam a industrialização no país, tornou-se clássica. Sigamos o raciocínio de Furtado. Segundo ele, a crise mundial de 1930 marca o colapso da economia colonial no Brasil, fato que vai se configurar efetivamente a médio e longo prazos. De imediato o governo revolucionário cuidou de garantir os interesses dos cafeicultores, ao dar continuidade à política de defesa do café, o que o levou a ir muito além da simples estocagem do produto, passando a destruir

parcela considerável da produção invendável (80 milhões de sacas de 60 quilos em menos de dez anos). E o que parecia mais estranho era que, na impossibilidade de recorrer ao financiamento externo, em decorrência da crise, o governo Vargas lançara mão da emissão monetária, estimulando a retomada da economia. Esse paradoxo é assim explicado por Furtado:

À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias nas economias de mercado. Para induzirem o produtor a não colher, os preços teriam que baixar muito mais, particularmente se se tem em conta que os efeitos da baixa de preços eram parcialmente anulados pela depreciação da moeda. Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo. Obtinha-se, dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura a nível mais elevado de preços. (FURTADO, 1973).

Diz, em outra parte, o autor:

O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 1973).

A partir de 1933, a economia brasileira começa a se recuperar; nesse momento as atividades mais dinâmicas deixam de ser as do setor exportador, que são substituídas por aquelas voltadas para o mercado interno. E o impulso maior deriva das indústrias que substituem bens que antes se importavam, ou seja, destinavam-se a atender uma demanda preexistente<sup>2</sup>.

Voltemos à questão regional que estamos tratando neste item. O último capítulo da Formação econômica brasileira traça um quadro das disparidades regionais no país na primeira metade do século XX. O ponto de partida ali é o desenvolvimento contraditório decorrente da industrialização que, naturalmente, ocorre na região cafeeira, transformada, por isso, em núcleo dinâmico, em torno do qual as demais regiões se

articulam. O conjunto da economia se beneficia pelo fato de que um núcleo se constitui. Mas o reverso da medalha são as disparidades regionais.

Furtado ressalta empiricamente as disparidades regionais através de dados da produção industrial. As indústrias surgiram mais ou menos ao mesmo tempo em diversas regiões do país, em meados do século XIX. Mas o censo de 1920 já mostra uma grande concentração industrial em São Paulo, que continuará aumentando nas décadas seguintes. Entre 1948 e 1955 a participação de São Paulo no PIB industrial passa de 39,6% a 45,3% enquanto a do Nordeste (da Bahia ao Ceará), no mesmo período, cai de 16,3% a 9,6%. Por sua vez, a renda per capita de São Paulo era 4,7 vezes mais alta que a do Nordeste. (FURTADO, 1973).

O núcleo cafeeiro-industrial passou a articular as demais regiões do país em torno de si. A integração que se daria em tempo relativamente curto, segundo Furtado, implicaria a ruptura das formas arcaicas de produção em certas regiões. Mas ele vislumbra também outra hipótese em que a integração pudesse significar “o aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional”.

Sem dúvida, o último capítulo, o de número 36, da Formação econômica do Brasil, faz a ligação dessa obra ao conteúdo do GTDN, escrito pouco tempo depois.

## 5 O NORDESTE COMO A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA

Desde o final do século XIX, o Nordeste torna-se a questão regional brasileira. Sob o impacto da grande seca de 1977-79, o governo central (imperial, à época) colocou em prática algumas medidas no campo da engenharia para acumular água na região semiárida. Em 1909, já na República, iniciou-se uma política do Governo Federal destinada a construir açudes e estradas, com a intenção de resolver o que se considerava então como o principal problema nordestino: a seca. No decênio de 1950, o equívoco dessa política, a sua apropriação pelos grandes proprietários de terras e a malversação de recursos públicos conduziram à necessidade de rediscussão do problema do Nordeste e de suas soluções no âmbito de uma nova política.

O sucesso norte-americano da Tennessee Valley Authority (TVA) foi um tema em debate durante vários anos no Congresso Nacional, na segunda metade da década de 1940, em torno de projetos que aplicariam aquele modelo às bacias dos rios Amazonas e São Francisco. Deles resultou a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Companhia de Valorização do São Francisco (CVSF), que, todavia, não passaram de arremedos do modelo norte-americano.

Na década de 1950, ocorreram no Nordeste novos fatos que criaram condições propícias a novas ideias sobre a questão nordestina, e que levaram o governo federal a modificar a sua política para aquela região. Em seu segundo governo, Vargas, orientado pela sua assessoria econômica, criou o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), e acelerou a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso. Na mesma assessoria começou-se a discutir um plano econômico para o Nordeste, e um estudo de Rômulo de Almeida concluiu que o atraso e a pobreza da região não se deviam a fatores climáticos (a falta de chuvas) e sim à organização econômica regional inadequada. Trabalhos realizados em 1953, pelo consultor da ONU, Hans Singer, reforçaram o argumento de Rômulo de Almeida. Singer (1962) abordou ainda outros pontos como, por exemplo, o fato de que a política de desenvolvimento econômico para o país como um todo estava a contribuir para o empobrecimento relativo do Nordeste, bem como a falta de uma política de incentivos financeiros e fiscais para a região, prática que era adotada em alguns países europeus. A tudo isso, se somaria a execução do Plano de Metas do governo Kubitschek, iniciado em 1956, cujos investimentos se concentraram nas regiões mais industrializadas do país, sem contar os enormes gastos com a construção de Brasília, a chamada meta-síntese do Plano.

As organizações da sociedade civil, sobretudo no meio rural, cresceram rapidamente no mesmo período e pressionaram o governo federal por medidas que iam da destinação de investimentos públicos compensatórios para a região à reforma agrária.

É nesse contexto que as ideias de Celso Furtado sobre o Nordeste tornam-se conhecidas e vão ganhar força política, ao serem adotadas, em 1959, pelo Presidente Kubitschek, que buscava bases mais consistentes no sentido de uma nova ação governamental naquela região, podendo, assim, responder às demandas sociais que se colocavam fortemente durante o seu governo. Essas ideias foram sistematizadas no relatório já mencionado, que aborda vários temas como os desequilíbrios regionais e o seu agravamento devido à política do Governo Federal para expandir a industrialização e a inadequação da estrutura agrária.

### 5.1 Os desequilíbrios regionais e o Nordeste

Os desequilíbrios regionais, que já haviam sido examinados no último capítulo da Formação econômica do Brasil, assumem grande importância no estudo do GTDN, conforme dissemos antes. Além dessa obra, há um texto de 1957, A perspectiva da economia brasileira, em que Furtado apresenta os desequilíbrios regionais no Brasil sob outro ângulo. Diz ele que o Brasil era

Um imenso contínuo territorial, dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. (FURTADO, 1957).

Dois terços do território nacional de 8,5 milhões de quilômetros quadrados seriam um imenso vazio demográfico (pouco mais de 7 milhões de habitantes) e econômico. No terço restante do território ele identifica dois subsistemas econômicos: o nordestino (da Bahia ao Ceará), com 18 milhões de habitantes e 1,3 milhões de Km<sup>2</sup> e o sistema sulino (de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul).

O sistema nordestino é caracterizado como uma economia de renda per capita de 100 dólares anuais, não integrada, composta de “manchas” econômicas que se articulavam escassamente, sendo a atividade comercial (capital mercantil) dominante. O sistema sulino, com uma renda per capita de 340 dólares anuais, apesar de ainda possuir áreas de economia de subsistência, encontrava-se em processo relativamente avançado de integração econômica.

Uma programação para desenvolver o Nordeste deveria levar em conta o fato de que essa região poderia contar com a expansão do mercado do Sul do país em franca expansão.

No caso do Nordeste, observa-se a circunstância favorável de essa região ter acesso a um mercado relativamente grande e em expansão: o Sul do país. (FURTADO, 1957).

### 5.2 Do GTDN à SUDENE

Há, portanto, um conjunto de elaborações que se expressam nas duas obras, a de 1957, e a de 1959, que se projetam no relatório do GTDN apresentado ao Presidente Kubitschek em março de 1959. O GTDN é na verdade um diagnóstico detalhado e bastante articulado da economia do Nordeste e um esboço de plano de ação. Portanto, uma proposta de planejamento daquele espaço. Importa mencionar desde já que esse estudo tornou-se um marco na literatura especializada brasileira sobre a questão regional e permanece, ainda hoje, como fonte de referência obrigatória. O conhecimento teórico do autor e a sua permanência de alguns anos na Europa devastada pela guerra, e em reconstrução, certamente foram fundamentais para o resultado obtido. Quanto ao primeiro aspecto, é clara, no relatório, a influência do conceito de desenvolvimento na linha cepalina, bem como o enfoque dos processos sociais cumulativos de Myrdal (1972), que, segundo este, eram responsáveis pelos desequilíbrios regionais. O livro de Myrdal publicado a partir de conferências pronunciadas no Cairo em 1955 tratava de questões

do desenvolvimento capitalista que haviam se tornado muito evidentes com a depressão de 1930. Quanto ao segundo aspecto, na Europa do imediato pós-guerra, as desigualdades sociais tanto quanto as desigualdades regionais constituíam uma questão candente. De uma forma geral, os governos europeus viram no planejamento o caminho para solucionar essas questões. Experiências como a do Plano Marshall, para a Europa, e o Planejamento Indicativo francês tiveram grande êxito.

As discussões em torno dos desequilíbrios regionais expressos na forma de grandes concentrações econômicas nas metrópoles e empobrecimento de outras áreas, ao se tornarem conhecidas de parcelas crescentes de população, contribuíram para que os governos adotassem políticas de desenvolvimento regional em escala nacional (Inglaterra, França e Itália, sobretudo). Entre 1946 e 1948, Celso Furtado viveu de perto essa realidade. Em 1947, foi publicado o livro de François Gravier, *Paris et le désert français* (1947), a partir do qual houve um grande debate sobre os desequilíbrios regionais na França, e que se desdobrou por alguns anos. Agregue-se a isso o fato de que Organização e Planejamento foram sempre campos do conhecimento que despertaram interesse particular para o nosso autor, desde a época de seu curso de Direito e de técnico de administração do DASP.

No Brasil, as disparidades regionais aumentaram significativamente com a industrialização e não se poderia afirmar que elas diminuiriam espontaneamente com o passar do tempo. Na contramão dos pressupostos liberais, Myrdal (1972) afirmava que os desequilíbrios econômicos tendiam a aumentar sob o efeito do "laissez faire". No GTDN, lê-se que as desigualdades econômicas muito acentuadas entre duas regiões (o Nordeste e o Centro-Sul) corriam o risco de "institucionalizar-se".

Outra ideia-força derivava da tese cepalina da degradação dos termos de intercâmbio, que, aplicada à relação Nordeste/Centro-Sul, permitia concluir que a primeira região tivera uma perda importante, estimada, na época, em 24 milhões de dólares no período de 1948 a 1953.

Análise da região nordestina, por comparação com a região mais industrializada do Centro-Sul, indicava, em primeiro lugar, que a sua renda per capita era de 100 dólares anuais, correspondente a 1/3 da do Centro-Sul. O Nordeste aparecia, assim, como a mais extensa e populosa área de pobreza do Hemisfério ocidental. Daí a gravidade do problema nordestino no contexto nacional.

Avançando na análise, o relatório indicava que o setor exportador, que até então impulsionara a economia nordestina, enfrentava cada vez mais dificuldades em continuar a cumprir tal papel, e

deduzia o documento que a industrialização constituía a única alternativa viável de desenvolvimento da região.

Um dos capítulos de maior força do relatório é o que trata dos aspectos socioeconômicos das secas. Observa o documento que na perspectiva da economia da região nordestina, "a seca é uma crise de produção de magnitude limitada". Contudo, ela assume enorme dimensão porque atinge precisamente a parte da população que depende da "economia de subsistência". Diz o relatório:

Analisando-se os efeitos da seca nas três camadas da economia das zonas semi-áridas – a da agricultura de subsistência, a do algodão mocó e a da criação – vemos que a gravidade do fenômeno e seu prolongamento em crise social se devem ao fato de seus efeitos incidirem de forma concentrada na primeira das referidas camadas. Em algumas zonas típicas, a seca acarretou a perda praticamente total da agricultura de subsistência, sendo menores seus efeitos, porém, na produção de algodão. (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1959).

O relatório detém-se no significado da economia de subsistência:

A renda real de grande parte da população encontra [nessa economia] a sua fonte primária, e as outras atividades, na forma como estão organizadas, pressupõem a existência de mão-de-obra barata. (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1959).

Entende-se, desse modo, por que interessa ao fazendeiro dispor, na fazenda, do máximo de trabalhadores.

Partindo do pressuposto de que era necessário evitar que os efeitos mais graves das secas se concentrassem na camada menos resistente do sistema econômico, coloca-se a ideia do deslocamento da fronteira agrícola nordestina. Assim, o relatório trazia a ideia da colonização de terras úmidas em outros locais, para onde deveriam ser orientadas parcelas de camponesas do Semiárido, proposta essa que já se encontrava em outros estudiosos do Nordeste, particularmente em Guimarães Duque e Ignácio Rangel. Essa estratégia se tornaria viável com a incorporação do Maranhão, onde havia terras públicas na pré-hiléia amazônica, e o Estado do Piauí, à região-plano da SUDENE, órgão a ser criado. Surgia ali a ideia do projeto de colonização do Maranhão. A transferência de nordestinos para outras regiões, espontânea ou estimulada por governos (notadamente a migração

para a Amazônia, na forma de uma política à época do Império) sempre foi uma questão sensível no Nordeste. Assim, uma nova política econômica para a região que propusesse a retirada de população encontraria fortes resistências. Daí a ideia (estratégica) de incluir os Estados do Maranhão e do Piauí na região-plano da SUDENE.

A segunda estratégia agrícola consistia na irrigação das bacias dos açúcares, mediante uma política que possibilitasse a desapropriação daquelas áreas. A primeira grande tarefa da nova política, ainda na fase do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), foi a elaboração do projeto de lei de irrigação. A terceira estratégia era a reestruturação da área de monocultura da cana-de-açúcar, na Zona da Mata, destinando-a, prioritariamente, à produção diversificada de alimentos.

A indústria regional, em sua quase totalidade, de bens de consumo, sobretudo têxteis e de alimentos, deveria ser modernizada, para ter condições de competir com a moderna indústria do Centro-Sul. Ao Estado caberia investir em infraestrutura (energia elétrica, transporte e saneamento) e em indústrias de base, como a siderurgia. Além do financiamento através de bancos do Estado, seriam criados mecanismos de estímulos fiscais e financeiros, nos moldes dos praticados nos países desenvolvidos e mesmo no Centro-Sul do país.

Tratava-se, portanto, de uma política de modernização, melhor dizendo, de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste, agrário e pobre. O movimento camponês organizado (Ligas Camponesas) discordava da política para o meio rural, que considerava conservadora, mas não se opunha à proposta de industrialização. A oposição concentrava-se de fato no lado dos poderosos interesses agrários da região e a força de que dispunham junto à imprensa regional e ao Congresso Nacional. O jornalista e escritor Antônio Callado, em famosas reportagens do final dos anos 1950 para o jornal *Correio da Manhã*, descreveu o processo popularmente denominado “indústria das secas”, isto é, práticas espúrias de apropriação de recursos públicos destinados a ajudar os atingidos pelas secas. (CALLADO, 1959).

Foi nesse contexto que, em 1959, Juscelino Kubitschek, com a aprovação do Congresso Nacional, instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para colocar em prática a política prevista no GTDN.

O plano foi bem aceito pelas principais forças sociais que, nos últimos anos da década de 1950, reivindicavam um tratamento diferenciado para o Nordeste, com as restrições que já foram mencionadas. Em uma época em que se estava longe de ouvir falar em planejamento participativo, é indiscutível que o projeto da nova política de desenvolvimento do Nordeste contou com grande apoio popular, o que concorreu em larga medida

para que essa proposta não fosse derrotada desde o início, diante da enorme pressão da direita, majoritária no Congresso Nacional. Esse apoio ocorreu em vários momentos e situações, como em uma greve que paralisou Recife por um dia, para cobrar do Congresso a aprovação do Primeiro Plano Diretor da SUDENE. Uma participação popular desse tipo com aquele fim seria um fato inédito no mundo, segundo Hirschman (1963).

A primeira fase da política de desenvolvimento do Nordeste, que vai de 1959 ao golpe de 1964, como de resto o desdobramento dessa política até período recente, já foi analisada em uma ampla literatura especializada (ARAÚJO, 2000; GUIMARÃES NETO, 1989). Em decorrência disso vamos nos restringir a abordar apenas dois pontos: a delimitação das regiões e as inovações da SUDENE.

#### a) A delimitação das regiões

No GTDN, Furtado estuda a dinâmica do Nordeste em relação ao Centro-Sul. Portanto, a escala de abordagem é macroespacial (e macroeconômica). O Nordeste, de acordo com as regionalizações adotadas desde o início da década de 1940, compreendia os Estados da Bahia ao Ceará. Vimos que por um motivo estratégico, a região-plano da SUDENE inclui também o Piauí e o Maranhão. Já o Centro-Sul não corresponde a uma das macrorregiões definidas pelos geógrafos e economistas. É uma noção um tanto vaga. Ela já aparece, embora apenas mencionada rapidamente, por Caio Prado Júnior em seu livro *História econômica do Brasil* (1963), primeiramente editado em 1942. No GTDN, o Centro-Sul toma o lugar do Sul das obras anteriores de Furtado, ou seja, a economia do país passa a conformar uma estrutura de apenas dois subsistemas, o do Nordeste e o do Centro-Sul, abstração possível graças ao argumento de Furtado de que dois terços do território nacional constituem um vazio econômico e demográfico. Concretamente, o Centro-Sul do GTDN (1959)

Compreende os Estados litorâneos do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e os Estados mediterrâneos (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás).

Observando bem, esse tratamento da dinâmica regional do país é próxima da abordagem dualista, nos moldes dos “dois Brasis”. A diferença é que enquanto os dualistas viam o Nordeste como a região atrasada, tradicional e que, por isso, dificultava uma maior expansão do Centro-Sul, industrial e moderno, Furtado defendia uma política de desenvolvimento do Nordeste, para superar o atraso e a pobreza dessa região, e também com o argumento de que o agravamento dos desequilíbrios regionais colocaria em risco a unidade nacional.



## b) As inovações da SUDENE

É ponto pacífico que a SUDENE introduziu inovações sociais importantes, dentre as quais, ressaltamos:

i) A instituição do Conselho Deliberativo da SUDENE. Essa foi, sem dúvida, uma entidade original na administração pública federal brasileira, pois apontava na direção do fortalecimento de espaços regionais. Recentemente, Furtado assim esclareceu esse ponto:

O recorte da federação brasileira prejudica o Nordeste, que é dividido em pedaços relativamente pequenos. Estado importante é Rio Grande do Sul, é Minas Gerais, é São Paulo, é o Rio de Janeiro. Portanto, era preciso compensar esse aspecto perverso da Constituição, mas como uma reforma constitucional era coisa impossível de se fazer no Brasil, apelamos para um truque, que consistiu em criar um mecanismo de discussão e votação entre o governo federal e os governos estaduais da região: foi o Conselho Deliberativo da SUDENE, que reúne nove governadores para harmonizar pontos de vista sobre o que fazer na região. Assim, se reivindica conjuntamente e quando se vai ao Parlamento e ao Presidente da República, o Nordeste tem uma vontade só. (FURTADO, 2001).

ii) A instituição de incentivos financeiros e fiscais, destinados às empresas privadas. Essa prática, iniciada durante a crise de 1930, na Inglaterra, estendeu-se a praticamente todos os países centrais. No Brasil, tomou-se por base principalmente o modelo italiano destinado ao Mezzogiorno, com adaptações ao caso do Nordeste. Com o fim da isenção cambial, no governo Jânio Quadros, criou-se o sistema de incentivos que permitia às empresas de todo país deixarem de pagar 50% do Imposto de Renda para aplicá-los em projetos de investimentos no Nordeste. Isso constituiu uma verdadeira inovação, graças à qual foi possível aumentar significativamente a produção industrial no Nordeste. (MOREIRA, 1982)

iii) Duas outras medidas devem ser também mencionadas. A primeira diz respeito à subordinação do novo órgão diretamente ao Presidente da República, seguindo a experiência da TVA. norte-americana. A segunda foi a localização da sede da autarquia no Nordeste (em Recife) e não na capital da República.

A nova estrutura de planejamento regional – no caso, a SUDENE – foi vista no resto do Brasil como uma instituição modelar. A seriedade no uso dos recursos públicos tornou-se rapidamente reconhecida em todo o país. Esse fato relaciona-se com o espírito de equipe que se formou em um

campo de atividade pouco conhecido. Essa prática tinha que ser aprendida rapidamente à base de ensaio e erro. Francisco de Oliveira, que participou dessa primeira fase da SUDENE, como Adjunto de Celso Furtado e, posteriormente, fez várias críticas àquele órgão, após 1964, deu, todavia, um depoimento que expressa corretamente o trabalho que ali se realizava:

Um vasto sopro de esperança varreu a região. Uma convergência nunca antes vista de classes e setores sociais, desde o campesinato, mobilizou-se para o que pensávamos ser a tarefa do século, a mais ingente e espinhosa de quantas reclamavam solução para a construção de uma Nação harmônica, sem gritantes disparidades que se constatavam e que, infelizmente, estes 20 anos não conseguiram desfazer. Minha geração jogou-se por inteiro naquele empreendimento, e tentamos converter nossa fraqueza em força: despreparados para tão grande cometimento, substituímos o conhecimento científico, de que não dispúnhamos, pelo ardor, pelo vigor e, por que não dizê-lo, pelo desprendimento. Com o inteiro apoio da população, vale a pena lembrar, sem que isso seja uma vanglória, que a SUDENE inovava completamente o estilo de desempenho dos poderes públicos, não apenas na escala regional, mas até mesmo medida pela escala nacional [...]. (OLIVEIRA, 1978 apud TAVARES, 2004).

Naturalmente, falamos da chamada SUDENE “original”, de 1959-64, com sobrevida efetiva até os primeiros anos da década seguinte. Repercussão dessa experiência encontra-se ainda nos primeiros anos da década de 1970. Nesse momento, o historiador Francisco Iglesias (1971) fez o seguinte registro:

[...] a Sudene representa força significativa: é elemento renovador por pretender constituir administração racional; era preciso recrutar gente para o trabalho, mas como não se pretendia apenas fazer uma repartição a mais, sobre o obsoleto sistema administrativo, era indispensável formar pessoal técnico. A essa tarefa Celso Furtado se entregou, organizando cursos para os quais obteve direções eminentemente técnicas, especializadas, o que não lhe foi difícil pelos muitos anos que passou na CEPAL. Armou-se no Nordeste, notadamente na capital de Pernambuco, um sistema de pessoal qualificado que pode vir a representar papel importante no país.

Esse quadro, daquilo que foi o planejamento do Nordeste liderado pela SUDENE, em seus cinco primeiros anos. Em consonância com as ideias predominantes naquele momento sobre economia e desenvolvimento, acreditava-se nas possibilidades transformadoras do planejamento. Isso se refletia na estruturação da SUDENE, inclusive na tentativa de fazer um planejamento abrangente, atuando em várias frentes: indústria, agricultura, pesca, infraestrutura econômica (energia, transporte, saneamento), pesquisa (de recursos naturais, hidrologia), habitação, etc. O governo militar que tomou o poder em abril de 1964 manteve a SUDENE, mas restringiu o seu âmbito, dando prioridade quase absoluta à industrialização apoiada em incentivos fiscais e financeiros. O projeto original, com essa modificação, continuou por vários anos, mas com impactos decrescentes. Na década de 1980, em decorrência da profunda crise econômica que afetou o país, o governo federal ocupou-se escassamente da questão dos desequilíbrios regionais. Esse quadro não se alterou na década seguinte. Mas a política industrial (incentivos) prosseguiu a duras penas, com o agravante de que foi acompanhada de práticas de corrupção.

Várias análises foram feitas a respeito dos resultados da política de desenvolvimento regional para o Nordeste (estendida também à região Norte, a Amazônia), política essa que, como vimos, passou por mudanças em relação à concepção inicial. Do ponto de vista econômico houve resultados positivos. A tendência ao declínio da indústria nordestina, que se manifestara a partir da década de 1930, quando se acelerou a industrialização do país, começou a ser revertida desde o início de atuação da SUDENE, em decorrência da política de incentivos, que provocou uma atração considerável de investimentos oriundos de empresas de outras regiões, particularmente do Sudeste. Assistiu-se a um verdadeiro boom no Nordeste, de 1965 a 1973. Por cerca de duas décadas, o PIB cresceu mais rapidamente do que a economia nacional. Os investimentos concentrados nas metrópoles regionais assumiram a forma de complexos industriais aglomerados (polos de desenvolvimento). Houve também expansão dos serviços, principalmente do turismo.

Mas, para muitos, o crescimento econômico pouco alterou o quadro de desigualdades sociais da região em relação ao país como um todo. Outros afirmam que as disparidades persistem, sendo o Nordeste detentor dos piores indicadores socioeconômicos. Celso Furtado, mesmo sabedor que era, das alterações impostas ao seu projeto ao longo do tempo, reagiu a esse tipo de crítica, em entrevista a um periódico do Banco do Nordeste, em 1997. Ele começou por aludir ao crescimento da classe média na região e à expansão do ensino universitário, para em seguida afirmar que houve um processo de industrialização significativo e que

a renda per capita cresceu mais do que a do Centro-Sul. E acrescentou:

Isso é surpreendente porque, há trinta anos, já fazia um século que o Nordeste vinha perdendo terreno, crescendo menos que o Centro-Sul, o que ia criando uma tremenda disparidade. Na época, a renda per capita do Nordeste era de um terço da do Centro-Sul do Brasil. Hoje é de 60%. (FURTADO, 1997).

## 6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou destacar, em primeiro lugar, a importância da Formação econômica do Brasil na elaboração de noções para compreender a constituição dos espaços econômicos regionais no Brasil. É da compreensão dos sistemas econômicos regionais que o Furtado extrai elementos para entender a economia do país em cada momento. Como em Braudel, História (econômica) e Geografia seguem juntas. Em apoio à sua démarche regional, Furtado utiliza-se de determinadas noções ao analisar os momentos mais significativos da evolução da economia brasileira, tais como a de centro dinâmico, articulação e integração regionais. A economia mineira, como centro dinâmico, é a primeira capaz de articular outros espaços econômicos em uma escala bastante ampla, embora o seu ciclo de duração tenha sido relativamente curto.

Finalmente, a região cafeeira de São Paulo, teve condições, graças ao seu complexo produtivo, de ampliar significativamente um mercado interno, articulando de forma mais durável, as demais regiões. Essa articulação implicou ganhos tanto para a região mais dinâmica quanto para as demais regiões. Esta percepção encontrada já nas obras de 1957 e 1959 citadas foi utilizada por outros pesquisadores notadamente na década de 1970, na utilização de suas investigações.

A evolução histórica da economia brasileira, tal como se deu, e a as dimensões territoriais do país conduzem o autor a considerar as regiões em escala macro. O tratamento das disparidades regionais leva em conta, antes de tudo, esse nível: o Nordeste em suas relações econômicas com as demais regiões; ou a política de desenvolvimento do Nordeste, em 1959, e seus desdobramentos nos anos posteriores. Essa visão macro manteve-se inalterada em Furtado, mesmo com o passar do tempo. Em entrevista concedida à Revista do Banco do Nordeste, em 1997, ele fala da vantagem do Nordeste em relação às macrorregiões Centro-Oeste e Norte face à sua forte identidade regional. "O nordestino existe culturalmente e isso é um grande trunfo". (FURTADO, 1997).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacellar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

AYMARD, M. et al. **Lire Braudel**. Paris: La Découverte, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée: l'espace et l'histoire**. Paris: Flammarion, 1985.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **A dependência econômica**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

\_\_\_\_\_. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

\_\_\_\_\_. Entrevista: a constatação do GTDN e as exigências da atualidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, out./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

\_\_\_\_\_. Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch. **Economie appliquée**, Paris, v. 46, n. 3, 1994.

\_\_\_\_\_. Trabalhei como um condenado. In: CARVALHO, Ronald de (Org.). **Celso Furtado 80 anos**: homenagem da Paraíba. João Pessoa: Sebrae/Pb, 2001.

GEMELLI, G. **Fernand Braudel**. Paris : Editions Odile Jacob, 1990.

GRAVIER, François. **Paris et le désert français**. Paris: Flammarion, 1947.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1959.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, 1989.

HIRSCHMAN, Albert O. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

IGLESIAS, Francisco. **Ideologia e história**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MOREIRA, Raimundo. **Nordeste brasileiro**: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

OLIVEIRA, Francisco (Org.). **Celso Furtado**: economia. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **50 años de pensamiento de la CEPAL**. Santiago de Chile, 1949. v. 1

SINGER, Hans W. **Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Planejamento regional e mudança**. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação/IPPUR, 2004.

## NOTAS

- 1 "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste" foi elaborado por Celso Furtado em um prazo bastante curto e apresentado por ele ao Presidente Juscelino Kubitschek em março de 1959. Furtado explica que ele próprio sugeriu que o documento fosse publicado sob a autoria do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste que funcionava no BNDES (àquela época, BNDE) para evitar reações de caráter ideológico ao estudo que seria oficializado pelo presidente da República.
- 2 Muitos criticaram essa explicação, sobretudo pela essência keynesiana, ao colocar a demanda no centro da análise. Teriam tido sucesso os que subestimaram a questão do mercado, notadamente o mercado externo, e convergiram a discussão em torno das forças produtivas existentes no país, ou os neoclássicos? Francisco de Oliveira, que também faz restrições ao enfoque de Furtado sobre a transição, ressalva:

A elegância do modelo, em que parece existir dialética, pois forças

independentes de seu papel, ao lutarem por seus interesses stricto sensu, estruturam um programa não previsto, capturou todos e até hoje não se conseguiu produzir nada que o substituísse teoricamente. (OLIVEIRA, 1983).

**Hermes Magalhães Tavares**

Administrador

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: [smtavares@uol.com.br](mailto:smtavares@uol.com.br)

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Av. Pedro Calmon, n° 550, Prédio

da Reitoria, 2° andar, Cidade Universitária -

Rio de Janeiro/RJ - CEP 21941-901